



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS NOVOS BISPOS NOMEADOS NO ÚLTIMO ANO

Sala Clementina

Quinta-feira, 14 de setembro de

2017 [\[Multimídia\]](#)

Queridos Irmãos,

recebo-vos com grande alegria neste momento quase conclusivo da vossa peregrinação romana, organizada pelas Congregações para os Bispos e para as Igrejas Orientais. Agradeço ao Cardeal Marc Ouellet, ao Cardeal Leonardo Sandri e aos Dicastérios que respetivamente presidem, o generoso empenho na realização deste evento, que agora me permite conhecer-vos pessoalmente e aprofundar convosco, novos Pastores da Igreja, a graça e a responsabilidade do ministério que recebemos.

Com efeito, não pelos nossos méritos, mas devido à pura benevolência divina foi-nos confiado «o testemunho do Evangelho da graça de Deus» (*At 20, 24*; cf. *Rm 15, 16*) e «o ministério do Espírito» (*2 Cor 3, 8-9*). Este ano, o programa das vossas jornadas romanas procurou entrar no mistério do Episcopado mediante uma das suas tarefas centrais, isto é, oferecer ao «rebanho sobre o qual o Espírito Santo [nos] constituiu custódios» (*At 20, 28*) aquele *discernimento espiritual e pastoral* necessário a fim de que se alcance o conhecimento e a realização da vontade de Deus, na qual reside qualquer plenitude.

Portanto, permitam-me compartilhar algumas reflexões acerca deste tema cada vez mais importante nos nossos dias, marcados paradoxalmente por um sentido de autoreferencialidade, que proclama concluído o tempo dos mestres ao passo que, na sua solidão, o homem concreto continua a gritar a necessidade de ser ajudado a enfrentar as dramáticas questões que o atormentam, de ser paternalmente guiado no percurso não óbvio que o desafia, de ser iniciado no mistério da própria busca de vida e de felicidade.

É precisamente mediante o discernimento autêntico, que Paulo apresenta como um dos dons do

Espírito (cf. *1 Cor 12, 10*) e São Tomás de Aquino chama «a virtude superior que julga conforme aqueles princípios superiores (*Sum. Theol.*, II-II, q. 51, a. 4, ad 3), que podemos responder a esta necessidade humana hodierna.

O Espírito Santo, protagonista de cada discernimento autêntico

Há pouco tempo, a Igreja invocou sobre vós o “*Spiritus Principalis*” ou “*Pneuma hegemonikon*”, o poder que o Pai deu ao Filho e que Ele transmitiu aos santos Apóstolos, ou seja, “o Espírito que governa e guia”.

É preciso estar cientes de que este grande dom, do qual com gratidão somos servos perenes, repousa sobre ombros frágeis. Talvez por esta razão a Igreja, na sua oração de consagração episcopal, tenha tirado tal expressão do *Miserere* (cf. *Sal 51, 14b*) no qual o orante, depois de ter exposto a própria falência, implora aquele Espírito que lhe permite a generosidade imediata e espontânea na obediência a Deus, tão fundamental para quem guia uma comunidade.

Só quem está orientado por Deus tem título e autoridade para ser proposto como guia dos outros. Pode instruir e fazer crescer no discernimento somente quem tem familiaridade com este mestre interior o qual, como uma bússola, oferece critérios para distinguir, para si e para os outros, os tempos de Deus e da sua graça; para reconhecer a sua passagem e o caminho da sua salvação; para indicar os meios concretos, agradáveis a Deus, a fim de realizar o bem que Ele estabelece no seu misterioso desígnio de amor para cada um e para todos. Esta sabedoria é o conhecimento prático da Cruz, que mesmo incluindo a razão e a prudência, as ultrapassa porque conduz à própria fonte da vida que não morre, ou seja, “conhecer o Pai, um só Deus verdadeiro, e aquele que enviou: Jesus Cristo (cfr. *Jo 17, 3*).

O bispo *não pode dar por certa a posse* de um dom tão elevado e transcendente, como se fosse um direito adquirido, sem cair num ministério desprovido de fecundidade. É necessário *implorá-lo constantemente* como condição primária para iluminar qualquer sabedoria humana, existencial, psicológica, sociológica, moral da qual podemos fazer uso na tarefa de discernir os caminhos de Deus para a salvação daqueles que nos foram confiados.

Por conseguinte, é imperativo regressar continuamente na oração a Gibeon (cf. *1 Re 3, 5-12*), a fim de recordar ao Senhor que diante d’Ele somos perenemente “jovens, que não sabem como se comportar” e para implorar “não longos dias, nem riquezas, nem a vida dos inimigos”, mas só o “discernimento ao julgar no meio do seu Povo”. Sem esta graça, não nos tornaremos bons meteorologistas capazes de distinguir quanto se pode entrever “no aspeto do céu e da terra”, mas seremos incapazes de “reconhecer o tempo de Deus” (cfr. *Lc 12, 54-56*).

Portanto, o discernimento surge no coração e na mente do bispo *através da sua oração*, quando *põe em contacto as pessoas e as situações que lhe foram confiadas com a Palavra divina*

pronunciada pelo Espírito. É nesta intimidade que o Pastor amadurece a liberdade interior que o torna firme nas suas escolhas e nos seus comportamentos, quer pessoais quer eclesiais. Só no silêncio da oração é possível aprender a voz de Deus, divisar os vestígios da sua linguagem, aceder à sua verdade, que é uma luz muito diferente, que “*não está por cima da inteligência quase como o óleo que flutua sobre a água*”, e muito superior porque só “*quem conhece a verdade conhece esta luz*” (cf. Agostinho, *Conf.* VII, 10.16).

O discernimento é um dom do Espírito à Igreja, ao qual se responde com a escuta

O discernimento é graça do Espírito *ao santo Povo fiel de Deus*, que o constitui Povo profético, dotado do sentido da fé e daquele instinto espiritual que o torna capaz de *sentir cum Ecclesia*. É dom recebido no meio do Povo e está orientado para a sua salvação. Dado que desde o Batismo o Espírito já habita no coração dos fiéis, a fé apostólica, a beatitude, a retidão e o espírito evangélico não lhe são alheios.

Portanto, mesmo revestido de uma iniludível responsabilidade pessoal (cfr. Diretório [*Apostolorum Successores*](#), 160-161), o Bispo está chamado a viver o próprio discernimento de Pastor como membro do Povo de Deus, isto é, numa dinâmica sempre *eclesial*, ao serviço da *koinonía*. O bispo não é o “pai patrão” autossuficiente, nem sequer o “pastor solitário” amedrontado e isolado.

O discernimento do Bispo é sempre uma ação comunitária, que não prescinde da riqueza do parecer dos seus presbíteros e diáconos, do Povo de Deus e de todos aqueles que lhe podem oferecer uma contribuição útil, também através dos contributos concretos e não meramente formais. «Quando não levamos devidamente em conta o irmão e nos consideramos superiores, acabamos por nos orgulharmos também contra o próprio Deus».[1]

No diálogo sereno, ele não tem medo de partilhar, e por vezes também de modificar, o próprio discernimento com os outros: *com os irmãos no episcopado*, aos quais está unido sacramentalmente, e neste caso o discernimento torna-se colegial; *com os próprios sacerdotes*, dos quais é garante daquela unidade que não se impõe com a força, mas que se tece com a paciência e a sabedoria de um artesão; *com os fiéis leigos*, porque eles conservam a “intuição” da verdadeira infalibilidade da fé que reside na Igreja: eles sabem que Deus não deixa faltar o seu amor e cumpre as suas promessas.

Como ensina a história, os grandes Pastores, para defender a reta fé, souberam dialogar com esta memória presente no coração e na consciência dos fiéis e, frequentemente, foram apoiados por eles. Sem este intercâmbio «a fé dos mais cultos pode degenerar em indiferença e a dos mais humildes em superstição».[2]

Portanto, convido-vos a cultivar uma atitude de escuta, crescendo na liberdade de renunciar ao próprio ponto de vista (quando é parcial e insuficiente), para assumir o de Deus. Sem se deixar

condicionar pelos olhares alheios, aplicai-vos a conhecer com os vossos próprios olhos os lugares e as pessoas, a “tradição” espiritual e cultural da diocese que vos foi confiada, para vos adentrardes respeitosamente na memória do seu testemunho de Cristo e para lerdes o seu presente concreto à luz do Evangelho, além do qual não há futuro algum para a Igreja.

A missão que vos espera não consiste em trazer ideias e projetos próprios, nem soluções elaboradas abstratamente por quem considera a Igreja um horto da própria casa, mas humildemente, *sem protagonismos ou narcisismos*, oferecer o vosso testemunho concreto de união com Deus, servindo o Evangelho que deve ser cultivado e ajudado a crescer naquela situação específica.

Portanto, discernir significa *humildade* e *obediência*. Humildade em relação aos próprios projetos. Obediência relativamente ao Evangelho, critério último; ao Magistério, que o preserva; às normas da Igreja universal, que o servem; e à situação concreta das pessoas, para as quais se quer simplesmente sorver do tesouro da Igreja quanto há de mais fecundo para o hoje da sua salvação (cf. *Mt 13, 52*).

O discernimento é um remédio contra o imobilismo do “sempre se fez assim” ou do “adiar”. É um processo criativo, que não se limita a aplicar esquemas. É um antídoto à rigidez, porque as mesmas soluções não são universalmente válidas. É sempre o hoje perene do Ressuscitado que impõe que não nos resignemos à repetição do passado e tenhamos coragem de nos questionarmos se as propostas de ontem são ainda evangelicamente válidas. Não vos deixeis aprisionar pela nostalgia de poder ter uma única resposta a ser aplicada a todos os casos. Isto talvez possa calmar a nossa ansiedade do rendimento, mas deixaria relegadas às margens e “áridas” vidas que precisam de ser irrigadas pela graça que custodiamos (cf. *Mc 3, 1-6; Ez 37, 4*).

Recomendo-vos uma delicadeza especial com *a cultura e a religiosidade do povo*. Elas não são algo a ser tolerado, nem meros instrumentos para manobrar, ou uma “cinderela” que deve ficar sempre escondida porque não é digna de poder aceder ao salão nobre dos conceitos e das razões superiores da fé. Aliás, é preciso cuidar delas e dialogar com elas, porque, além de constituir o substrato que preserva a auto-compreensão das pessoas, são um verdadeiro sujeito de evangelização, do qual o vosso discernimento não pode prescindir. Um tal carisma, doado à comunidade dos crentes, não pode deixar de ser reconhecido, interpelado e incluído no caminho ordinário do discernimento cumprido pelos Pastores.

Recordai-vos que Deus já estava presente nas vossas dioceses quando chegastes e ali estará mesmo quando fordes embora. E, no final, seremos todos medidos não com base na contabilidade das nossas obras, mas segundo o crescimento da obra de Deus no coração do rebanho que cuidamos em nome do “Pastor e guarda das nossas almas” (cf. *1 Pt 2, 25*).

Chamados a crescer no discernimento

Devemos esforçar-nos por crescer num discernimento encarnado e inclusivo, que dialogue com a consciência dos fiéis a qual deve ser formada e não substituída (cf. Exort. ap. pós-sin. *Amoris laetitia*, 37), num processo de acompanhamento paciente e corajoso, a fim de que possa amadurecer a capacidade de cada um — fiéis, famílias, presbíteros, comunidades e sociedade — todos chamados a progredir na liberdade de escolher e realizar o bem desejado por Deus. Com efeito, a atividade de discernir não é destinada aos sábios, aos perspicazes e aos perfeitos. Aliás, Deus muitas vezes resiste aos soberbos e mostra-se aos humildes (cf. *Mt* 11, 25).

O Pastor sabe que Deus é *o caminho* e confia na sua companhia; conhece e nunca duvida da sua *verdade* nem desespera da sua promessa de *vida*. Mas o Pastor apodera-se destas certezas na escuridão humilde da fé. Portanto, transmitir as mesmas ao rebanho não significa anunciar óbvias proclamações, mas introduzir na experiência de Deus que salva, apoiando e guiando os passos possíveis a serem dados.

Portanto, o discernimento autêntico, mesmo se definitivo em cada passo, é um processo sempre aberto e necessário, que pode ser completado e enriquecido. Não se reduz à repetição de fórmulas que “como as nuvens altas mandam pouca chuva” ao homem concreto, muitas vezes imergido numa realidade irreduzível ao branco ou ao preto. O Pastor é chamado a disponibilizar ao rebanho a graça do Espírito, que sabe penetrar nas dobras do real e ter em conta as suas nuances para fazer sobressair quanto Deus quer realizar em cada momento. Penso especialmente nos jovens, nas famílias, nos sacerdotes, em quantos têm a responsabilidade de guiar a sociedade. Possam procurar e encontrar nos vossos lábios o testemunho firme desta Palavra superior, que é “lâmpada para os passos e luz para o caminho” (cf. *Sal* 118, 105).

Uma condição essencial para progredir no discernimento é *educar-se na paciência de Deus e nos seus tempos*, que nunca são os nossos. Ele não faz “descer fogo sobre os infiéis” (cfr. *Lc* 9, 53-54), nem permite que os zelosos “arranquem do campo o joio” que veem crescer (cf. *Mt* 13, 27-29). A nós cabe acolher quotidianamente de Deus a esperança que nos preserva de qualquer abstração, porque nos permite descobrir a graça escondida no presente sem perder de vista a longanimidade do seu desígnio de amor que nos ultrapassa.

Caros irmãos!

Peço-vos que *tenhais escrupulosamente diante dos olhos Jesus a missão* que não era sua mas do Pai (cf. *Jo* 7, 16), e ofereçais às pessoas — hoje como ontem confusas e desconcertadas — quanto Ele soube dar: a possibilidade de encontrar pessoalmente Deus, de escolher o seu Caminho e de progredir no seu amor.

Mantende particularmente fixo n’Ele o vosso olhar hoje, festa da Santa Cruz, lugar permanente do discernimento de Deus em nosso favor, contemplando a profundidade da sua encarnação e aprendendo dela o critério de cada discernimento autêntico (cf. *1 Jo* 4, 1).

A Virgem, que permanece com o olhar fixo no seu Filho, vos preserve e abençoe a vós e às vossas Igrejas particulares.

[1] Doroteu de Gaza, *Comunione con Dio e con gli uomini* [Comunhão com Deus e com os homens], Edizioni Qiqajon, 2014, 101-102.

[2] John Henry Newman, *Sulla consultazione dei fedeli in materia di dottrina* [Sobre a consulta dos fiéis em matéria de doutrina], Morcelliana, Brescia 1991, 123.
